



1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Departamento	Unidade
Coordenação do mestrado em direito agrário	Faculdade de Direito

Nome da Disciplina	Período a ser cursada
Posse e propriedade nos sistemas jurídicos modernos	2º semestre de 2015

Pré-Requisitos	Co-Requisitos
Sem pré-requisitos	Sem co-requisitos

Núcleo da Disciplina (Comum/Específico)	Natureza da Disciplina (Obrigatória/Optativa)
Comum	Obrigatória – Referencial da linha 1

Distribuição da carga horária			
Carga horária total	Teóricas	Práticas	Carga horária semanal
45 hs	45 hs	-	4 hs

Ementa
Posse e propriedade em suas abordagens econômica, histórica, cultural e jurídica atuais. Posse e propriedade no ordenamento jurídico brasileiro contemporâneo. Contextualização histórica de tais institutos na tradição jurídica moderna. Aproximações históricas desses institutos na história moderna brasileira. Sistemas jurídicos não modernos e seu tratamento do instituto da posse e propriedade.

Docente:
Prof. Dr. João da Cruz Gonçalves Neto
dellacroce@dellacroce.pro.br
http://dellacroce.pro.br

Goiânia, 01 de agosto de 2015

Coordenador do Programa

Diretor da FD

2. JUSTIFICATIVA

A questão agrária está essencialmente ligada à estrutura proprietária do país e muitos fatores, externos e internos, históricos e conjunturais, políticos e econômicos, concorrem para que ela não mude. Mais que um problema territorial, humano ou ambiental, a nossa estrutura produtiva está vinculada a uma posição geopolítica no cenário global, que impõe a economias frágeis papéis de fornecedores de recursos naturais e trabalhadores baratos, alta remuneração financeira e aguda concentração de riqueza e patrimônio. A incipiente democracia brasileira não conseguiu ainda mudar a matriz econômica nacional, fazendo crescer o seu mercado interno e padrões de consumo e de vida, o que é sintomaticamente percebido pela absurda distribuição da propriedade privada rural.

Este curso tem como tema-guia o reconhecimento, diagnóstico e perspectivas da estrutura proprietária rural no Brasil contemporâneo a partir de abordagens jurídica, cultural, sociológica e política. Preocupando-se pouco com a formação histórica ou a justificação filosófica da propriedade – temas de outras disciplinas do programa, buscamos privilegiar a atual conjuntura de debates sobre os temas conexos às relações proprietárias rurais, assumindo que o elemento-chave da questão agrária, e portanto do direito agrário, não é somente a questão da distribuição da propriedade da terra ou da centralidade nos processos econômicos agrários estabelecidos sobre o conceito de empresa agrária, mas um complexo de questões humanas, culturais, ambientais, estratégicas e produtivas, em meio a um contexto global de exaurimento de recursos naturais, mudanças climáticas e pressão por justiça social.

Assim, procuramos trazer uma abordagem contemporânea da questão agrário-proprietária sob três aspectos: o do reconhecimento da situação proprietária no país e de suas implicações mais essenciais, a saber, na da soberania alimentar e na concepção de desenvolvimento; no diagnóstico que busca identificar os fatores que atuam para manter a fixação da estrutura institucional e suas patologias, em âmbito nacional e internacional, assim como no exemplo tópico desse diagnóstico, analisar a plástica do Novo Código Florestal Brasileiro formada pelos interesses proprietários; e finalmente convocar algumas visões críticas das visões ideológicas que dão sustentação ao debate político e ético estabelecido no processo de produção legal.

Esses serão, enfim, os problemas desenvolvidos nesse curso investigativo: o que mantém a estrutura fundiária atual, como ela se caracteriza, qual a responsabilidade assumida por ela na feição econômica nacional, quais possibilidades teóricas temos a ela? Há uma adequação e correspondência entre os ideais políticos expressos na CF e a realidade agrária brasileira?

3. OBJETIVOS

3.1. Geral

Empreender um estudo crítico de como se caracteriza a estrutura fundiária nacional, quais as forças de diversas ordens que a mantém, reconhecer algumas de suas implicações e comparar os ideais político-legais com sua efetivação.

3.2. Específicos

- Estudar a formação jurídica do instituto da propriedade na modernidade e seus desdobramentos.
- Examinar criticamente a estrutura fundiária brasileira, sua produção econômica e algumas de suas implicações, notadamente quanto à segurança alimentar e ao desenvolvimento rural.
- Examinar as condições ideológicas, econômicas e políticas, internas e externas, de fixação da estrutura institucional agrária.
- Analisar a plástica do Novo Código Florestal Brasileiro moldada pelos interesses proprietários.
- Estudar algumas perspectivas teóricas de redimensionamento da propriedade privada à luz de uma visão mais elástica e democrática do direito agrário.

4. PROGRAMA TEÓRICO

Fundamentação	Textos
Uma abordagem política e moral da propriedade	Alan Ryan
Reconhecimento	
A formação jurídica da propriedade	A natureza à margem da lei, cap. 2, Ost
Estrutura fundiária e produção agrícola	Hoffman e Ney / Stédile
Atlas da questão agrária brasileira	Atlas, Eduardo Girardi
Segurança alimentar	Críticas e justificações em torno da soberania alimentar: fundamentações com vistas a um sistema agroalimentar justo, Paulo Marques Subsídios para a análise do quadro de abastecimento dos alimentos básicos no Brasil, Gerson Teixeira Produção de alimentos e acumulação capitalista no Brasil: da insuficiência à inadequação do consumo alimentar, Erica

Desenvolvimento agrário	<p>Andrade e Newton Junior. Segurança alimentar e agrobiodiversidade, Patrícia Bustamante e Terezinha Dias</p> <p>Paradigmas do desenvolvimento rural em questão, Favareto As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva – uma década de experimentações, Favareto O futuro da agricultura brasileira, Alberto Passos Guimarães</p>
Diagnóstico 1	
<p>Condições de fixação da estrutura institucional</p> <p>Disposição nacional</p> <p>Disposição internacional</p>	<p>A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil, Gerson Teixeira. Economia do agronegócio como pacto do poder com os donos da terra, Guilherme Delgado. Bancada ruralista: a face política do agronegócio, Intini e Fernandes.</p> <p>Os perigos do Mercado planetário, Latouche A destruição criativa da terra, Harvey Fostering Environmentally Sustainable Development: Four Parting Suggestions for the World Bank, Daly</p>
Diagnóstico 2 – o NCFB	
<p>O NCFB e a estrutura proprietária</p> <p>A concepção ideológica do CF</p> <p>O falso conflito agrário-ambiental</p>	<p>Relatório SBPC</p> <p>Os estertores do Código Florestal, Veiga</p> <p>Convergências entre as temáticas agrária e ambiental no Brasil, Favareto, Horácio Martins, Gerson Teixeira A falsa dicotomia entre a preservação da vegetação natural e a produção agropecuária, Martinelli</p>
Perspectivas	
<p>A gênese de três complexos: organização do trabalho, governo e direitos privados Muito além da economia verde A economia ecológica</p>	<p>Mangabeira Unger</p> <p>Ricardo Abramovay Cechin e Veiga, Pillet</p>

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Semestre 2015/2

Datas	CONTEÚDO/ATIVIDADES
21 OUT	Apresentação do programa e método de trabalho; apresentação introdutória sobre a convergência agrária e ambiental no Brasil. Ryan: política, propriedade, liberdade e virtude.
28 OUT	Aula expositiva dialogada sobre o texto de François Ost, A natureza à margem da lei – a formação jurídica da propriedade.
04 NOV	Reconhecimento. Estudo em seminários dos textos e temas: Estrutura fundiária e produção agrícola, de Hoffman (equipe 1); Atlas da questão agrária brasileira, de Eduardo Girardi (equipe 2). Debates a partir de problemas teóricos propostos. Ryan: A defesa da propriedade privada.
11 NOV	Reconhecimento. Estudo em seminários dos textos e temas: Críticas e justificações em torno da soberania alimentar: fundamentações com vistas a um sistema agroalimentar justo, Paulo Marques (E 3); Subsídios para a análise do quadro de abastecimento dos alimentos básicos no Brasil, Gerson Teixeira (E 4); Produção de alimentos e acumulação capitalista no Brasil: da insuficiência à inadequação do consumo alimentar, Erica Andrade e Newton Junior; Segurança alimentar e agrobiodiversidade, Patrícia Bustamante e Terezinha Dias (E 4). Ryan: A defesa da propriedade privada.
18 NOV	Reconhecimento. Estudo em seminários dos textos e temas: Paradigmas do desenvolvimento rural em questão, Favareto (E 5); As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva – uma década de experimentações, Favareto (E 6); O futuro da agricultura brasileira, Alberto Passos Guimarães (E 6). Ryan: A defesa da propriedade privada.
25 NOV	Diagnóstico1. Condições nacionais. Estudo em seminários dos textos e temas: A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil, Gerson Teixeira (E 7); Economia do agronegócio como pacto do poder com os donos da terra, Guilherme Delgado (E 7); Bancada ruralista: a face política do agronegócio, Intini e Fernandes (E 8). Ryan: A defesa da propriedade privada.
02 DEZ	Diagnóstico1. Condições internacionais. Estudo em seminários dos textos e temas: Os perigos do Mercado planetário, Latouche (E 9); A destruição criativa da terra, Harvey (E 10); Fostering Environmentally Sustainable Development: Four Parting Suggestions for the World Bank, Daly (E 11). Ryan: A vida e a morte dos direitos de propriedade.
09 DEZ	Diagnóstico 2. Exibição do documentário “A lei da água”; a concepção ideológica do CF: Os estertores do Código Florestal, Veiga (E 12). Ryan: A vida e a morte dos direitos de propriedade.
16 DEZ	Diagnóstico 2. O novo código florestal brasileiro e a forma proprietária brasileira. Ryan: A vida e a morte dos direitos de propriedade.
	Diagnóstico 2. Convergências entre as temáticas agrária e ambiental no Brasil, Favareto, Horácio Martins, Gerson Teixeira; A falsa dicotomia entre a preservação da vegetação natural e a produção agropecuária, Martinelli. Ryan: A vida e a morte dos direitos de propriedade.
	Estudo em seminários do texto: Muito além da economia verde, de Ricardo Abramovay. Estudo em seminários do texto: O fundamento central da economia ecológica, de Cechin e Veiga.

Início das aulas: 12 de agosto de 2015.

Término das aulas: 07 de dezembro de 2015.

6. ESTRATÉGIAS DE ENSINO – Descrição das Estratégias

1. Aulas expositivas, com recursos de projeção em tela;
2. Recursos audio-visuais (slides e filmes técnicos);
3. Realização de seminários pelos acadêmicos;
4. Adoção de textos atualizados;
5. Disponibilização da bibliografia básica para consultas pelos acadêmicos;
6. Atendimento individual ou em grupos.

7. RECURSOS DISPONÍVEIS - Descrição dos Recursos

1. Fichas técnicas;
2. Resumos/sinopses;
3. Disposição no quadro-de-giz;
4. Projeção de slides;
6. Documentários e filmes comerciais.

8. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO – Descrição dos Critérios

A avaliação será constante, gradual e variada. A participação, o interesse, a assiduidade, a capacidade de análise e de síntese do aluno serão permanentemente observados. Para a atribuição de notas e frequências, serão seguidas as normas da UFG. Para compor a nota semestral são necessárias duas avaliações.

Assim, a nota semestral será composta pela média das seguintes avaliações:

- a) **10,0** Dois seminários sobre temas pesquisados e textos prescritos e participação em aula.
- b) **10,0** Artigo final, de até 15 páginas, sobre a questão agrário-ambiental brasileira.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SEMINÁRIOS - AVALIAÇÃO INDIVIDUAL

- Participação – claro comprometimento individual com o trabalho do grupo.
- Qualidade da pesquisa e problematização do problema.
- Originalidade – utilização de meios e idéias que consigam estimular o interesse dos ouvintes.
- Domínio do assunto - capacidade de interpretação segura do texto, conhecimento e desempenho com relação ao tema.

- Objetividade – capacidade de conduzir o tema de forma clara e sintética.
- Problematização – ao final da apresentação do texto ou tema, a equipe deverá propor problemas ou dilemas a serem debatidos e respondidos pela turma.

9.A. Formato dos seminários:

- 1) Breve histórico da questão.
- 2) Apresentação sintética e exemplificativa do tema com o uso de recursos audiovisuais.
- 3) Apresentação sintética dos dispositivos legais.
- 4) Apresentação de comentadores sobre o tema.
- 5) Apresentação de resumo escrito da apresentação com bibliografia específica.

10. BIBLIOGRAFIA

10.1 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Leis 12.651/2012, 12.727/2012; Decreto 7.830/2012.

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: Hucitec, Anpocs, Ed. Unicamp, 1992.

_____. Muito além da economia verde. São Paulo: Ed. Abril, 2012.

_____. (org). Biocombustíveis – a energia da controvérsia. São Paulo: Ed. Senac, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. O campesinato no século XXI. Petrópolis: Vozes, 2005.

FAVARETO, Arilson et alli. Convergências entre as temáticas agrária e ambiental no Brasil. Brasília: Comitê em defesa das florestas, ABRA, 2013.

FAVARETO, Arilson. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão. São Paulo: Iglu, Fapesp, 2007.

MILARÉ, Edis et MACHADO, Paulo Affonso L (orgs.). Novo Código Florestal: comentários à Lei 12.651/2012, à Lei 12.727/2012 e ao Decreto 7830/2012. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

VEIGA, José Eli da. Os estertores do código florestal. São Paulo: Ed. Armazém da Cultura, 2013.

_____. (org). Economia socioambiental. São Paulo: Ed. Senac, 2009.

_____. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. A emergência socioambiental. São Paulo: Ed. Senac, 2007.

_____. A desgovernança mundial da sustentabilidade. São Paulo: Editora 34, 2013.

10.2 BIBLIOGRAFIA GENÉRICA

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Abril SA, 1972, in Os pensadores, vol. IV.

BENJAMIN, Antonio Herman V (coord.). Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão. São Paulo: Revista dos Tribunais.

BECK, Laura. Das sesmarias à propriedade moderna: um estudo de história do direito brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

BESSONE, Darcy. Da posse. Saraiva, 1996, São Paulo.

BORGES, Paulo Torminn, Institutos Básicos do Direito Agrário. Saraiva, São Paulo, 4º Ed., 1983.

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. Companhia das Letras, São Paulo, 1990.

CANOTILHO, J.J. Gomes. Proteção do ambiente e direito de propriedade: crítica da jurisprudência ambiental. Coimbra: Coimbra Editora.

DERANI, Cristiane. Direito ambiental econômico. São Paulo: Max Limonad, 2001.

FERRY, Luc. A nova ordem ecológica – a árvore, o animal e o homem. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

FIGUEIREDO, José Guilherme Purvin de. A propriedade no direito ambiental. São Paulo: Editora RT, 2010.

FIORILLO, Celso Antonio P. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2003

HOUTART, François. A agroenergia: solução para o clima ou saída da crise para o capital? Petrópolis: Vozes, 2010.

LARANJEIRA, Raymundo. Propedêutica do Direito Agrário. São Paulo: Edições LTR, 1975.

GIDDENS, Anthony. The Politics of Climate Change. London: Polity Press, 2009.

GRANDE JR., Cláudio. Falhas no início do reconhecimento jurídico do domínio privado absoluto sobre terras no Brasil: Estudo para Melhor Compreensão da Situação Atual das Terras Devolutas e da Falta de Presunção Absoluta de Veracidade do Registro Imobiliário Comum. Goiânia: Revista da faculdade de direito da UFG, v. 39, n.1, p. 93 - 126, jan. / jun. 2015.

IHERING, Rudolf Von, Teoria simplificada da posse. São Paulo: Rideel, 2005.

_____. Fundamentos dos interditos possessórios. São Paulo: Edipro, 2007.

LAQUIS, Manoel Antonio. Derechos Reales. Tomo I, parte general. Depalma.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____. Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores.

MAZOYER, Marcel et ROUDART, Laurence. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MILARÉ, Edis. Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. Ação civil pública e a reparação do dano ao meio ambiente. São Paulo: Juarez de Oliveira.

MOLINA, Mônica Castagna, SOUSA JR., José Geraldo de, TOURINHO NETO, Fernando da Costa (orgs.). Introdução crítica ao direito agrário: São Paulo : Imprensa Oficial do Estado , 2002, Série O direito achado na rua.

MORAES, Luís Carlos Silva de. Código Florestal Comentado. São Paulo: Atlas.

MOTA, Maurício (org.). Fundamentos teóricos do direito ambiental. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

MURPHY, L. ET NAGEL, Thomas. O mito da propriedade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.

OST, François. A natureza à margem da lei – a ecologia à prova do direito. Lisboa: Editora Piaget, 1997.

SERRES, Michel. Hominescências: o começo de uma outra humanidade. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.

_____. O incandescente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. A grande narrativa do humanismo. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

_____. O contrato natural. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. Manual de Direito Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2004.

SILVA, José Afonso. Direito Ambiental Constitucional. São Paulo: Malheiros.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Direitos humanos e meio ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Sergio Fabris.

TRENNEPOHL, Terence D. Fundamentos de direito ambiental. São Paulo: Podium, 2007.

RYAN, Alan. A propriedade. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

VIVANCO, Antonino, C., Teoria de Derecho Agrario. Ediciones Livraria Jurídica, La Pita, 1967.

ZENUN, Augusto Elias Jorge. O Direito Agrário e sua Dinâmica. São Paulo: Copola. 1997.
XIFARAS, Michail. La Propriété: Études De Philosophie Du Droit. Paris: PUF, 2004.

11. FILMOGRAFIA

Todos os filmes indicados pelo curso de extensão em “direito e cinema”, ministrado pelo professor.

12. Atividades de extensão ligadas ao mestrado

Ao longo do curso desenvolveremos quatro ações de extensão por meio do Kenosis - Núcleo de pesquisa e ação em direito e arte: o *Projeto direito e cinema – ano 6: direito e direita* e o *Projeto Centro da Terra*, com palestras mensais de convidados sobre os temas de nosso curso.

Para informações, ver página pessoal do professor: <http://dellacroce.pro.br> e <http://kenosis.dellacroce.pro.br>.

13. Estrutura temática do curso:

- A macroeconomia: as políticas econômicas dos últimos governos e a primarização da economia brasileira. Contexto econômico mundial. Tendências econômicas globais. Forma econômica brasileira. Estrutura política e grupos de pressão. Políticas agrárias em outros países.

Referências: Bernardo Sorj, A nova sociedade brasileira; artigos diversos (César Benjamin, Le Monde etc); Abramovay, Muito além da economia verde (cap. 1).

- Características do agronegócio
- Características da agricultura familiar
- Contexto global e fins econômicos nacionais

- O formato ideológico do novo Código Florestal: quais elementos indicam a sua orientação política-econômica. Quais os grupos de poder e o que querem – reconhecê-los e identificá-los. Quais forças são consideradas progressistas – reconhecê-las e identificá-las.

- O conflito agrário-ambiental no Código Florestal: como conciliar o modelo econômico com o equilíbrio ecológico. Por que manter as reservas naturais e em quais limites. Quais os pontos de atrito entre os interesses econômicos e os preservacionistas no Código. O agronegócio e a economia mundial. A agricultura familiar e a economia mundial. Dados da economia agrária atual. A estrutura fundiária e a crítica a ela. A função social da terra e o novo Código Florestal. A reforma agrária é ainda importante? Segurança alimentar e modelo produtivo. Estratégias político-econômicas para o futuro do país.

- Estrutura fundiária
- Pontos legais de atrito
- Função social da terra e o novo Código
- Formato da produção agrária
- Mercado interno e externo
- Segurança alimentar
- Valores que orientam a política agrária e econômica governamental

- Segurança alimentar
- Estratégias político-econômicas

- O diálogo agrário-ambiental: a estrutura da posse e uso das terras e dos recursos naturais.
- O futuro ecológico e econômico do Brasil: o que se pode esperar como resultado deste Código.
- Ideais políticos: o reconhecimento da impropriedade política e econômica do modelo atual. Novas referências políticas. Conteúdo programático para uma nova política.

Referências: Amartya Sen; Abramovay (nova economia); Polanyi, etc.

14. Método de trabalho:

O estudo será conduzido a partir de quatro objetos: 1) o estudo complexo das relações proprietárias contemporâneas e suas implicações; 2) o estudo específico do Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/2012) e sua configuração proprietária; 3) o estudo de temas que envolvem a relação entre as questões agrária e ambiental; 4) o estudo de fundamentos políticos e morais da propriedade.

Formas dos encontros: aula expositiva-dialogada sobre os textos e temas propostos; estudo em seminário dos temas e textos propostos.